

Brasil: direita, volver!¹

Rosa Maria Marques²
12 horas de 01/01/2019

1 - Introdução

Desde 2015, quando se aprofundaram as investidas desestabilizadoras contra o governo Dilma, que culminaram na admissibilidade de seu impeachment pelo Senado, em 2016, diversos cientistas sociais anunciaram o fim da Nova República (SAFATLE, 2015 e 2016), (AVRITZER, 2016), (MARTINS, 2016). Apesar disso, entre setores da classe dominante e mesmo da chamada esquerda, havia certo sentimento de que partidos tradicionais, tais como o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), iriam ser bem sucedidos e formariam, com partidos de cunho ideológicos próximos, uma coalização durante a campanha presidencial de 2018, de modo a encerrar a crise política aberta em 2015 e a passar a administrar os negócios do governo e do Estado sem grandes turbulências. O que se viu acontecer foi bem diferente: a votação dos partidos tradicionais e do centro, bem como de outros, foi pura e simplesmente irrelevante³, conduzindo ao segundo turno um candidato da extrema direita, considerado um outsider dos altos círculos das classes dominantes e pertencente ao “baixo clero”⁴ da Câmara de Deputados, e um candidato do campo da esquerda, do Partido dos Trabalhadores (PT), que prometia o retorno a um tempo passado, quando Lula foi presidente da república.

A eleição de um candidato com posições misóginas, homofóbicas e racistas, tal como Jair Bolsonaro⁵, capitão do exército, do Partido Social Liberal (PSL), defensor da tortura, da ditadura, com falas mais do que questionáveis em relação ao estupro⁶ e de outras inomináveis barbaridades, será, por isso, lembrada na história do país como

¹ Agradeço a leitura atenta e sugestões de João Alfredo Telles Melo, Jorge Nóvoa, Paulo Nakatani e Ana Hutz.

² Professora titular do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

³ Foge à irrelevância a votação de Ciro Gomes, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que obteve 12,47%. Alckmin, do PSDB, partido de Fernando Henrique Cardoso, obteve somente 4,76%, e Meirelles, do MDB, partido do presidente Temer e que praticamente compôs todos os governos da Nova República, 1,2%.

⁴ Diz-se dos deputados com pouca influência na Câmara de Deputados.

⁵ Não é de menos importância o fato de seu vice ser Antônio Hamilton Mourão, general da reserva, filiado ao Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). A presença de militares no primeiro escalão do governo de Bolsonaro se completa com seis ministros.

⁶ Ver discussão com deputada do PT, Maria do Rosário, durante entrevista concedida à Rede TV, em 2003. <https://www.youtube.com/watch?v=yRV98Im5zRs>

aquela que encerrou definitivamente o período da Nova República. Não está descartada, inclusive, a possibilidade de que vejamos ser introduzida uma nova maneira de administrar o governo e o Estado, bastante diferente daquela que foi chamada por Sérgio Abranches (1988) de presidencialismo de coalização. Apesar de longa, lembrar suas principais conclusões é essencial para a compreensão do período que pode se abrir com a gestão de Bolsonaro (Op. Cit, p. 7 – 8).

Em síntese, a estrutura econômica alcançou substancial diversidade e grande complexidade; a estrutura social tornou-se mais diferenciada, adquiriu maior densidade organizacional, persistindo, porém, grandes discontinuidades, marcada heterogeneidade e profundas desigualdades. Daí resultaram maiores amplitude e pluralidade de interesses, acentuando a competitividade e o antagonismo e alargando o escopo do conflito, em todas as suas dimensões. Ao mesmo tempo, o Estado cresceu e burocratizou-se e a organização política seguiu estreita e incapaz de processar institucionalmente toda essa diversidade, de agregar e expressar com eficácia e regularidade a pluralidade de interesses e valores.

O dilema institucional brasileiro define-se pela necessidade de se encontrar um ordenamento institucional suficientemente eficiente para agregar e processar as pressões derivadas desse quadro heterogêneo, adquirindo, assim, bases mais sólidas para sua legitimidade, que o capacite a intervir de forma mais eficaz na redução das disparidades e na integração da ordem social.

Se considerarmos não só as declarações feitas por Bolsonaro ao longo de sua campanha, mas principalmente as ideias defendidas por parte dos nomes indicados para seu Ministério, com destaque para as de Ernesto Henrique Fraga Araújo, para o Ministério das Relações Exteriores, de Ricardo Vélez Rodriguez, para o Ministério da Educação, bem como de Sérgio Moro, para o Ministério da Justiça, e de Paulo Guedes, para o Ministério da Fazenda, não existe a intenção de compor uma coalização que procure atender ou administrar o contraditório da realidade brasileira e sim de implantar um projeto ideológico e econômico bem específico, no qual não há margem para concessões aos movimentos sociais e de trabalhadores e para o convívio com a diversidade, entre outros aspectos.

Em texto anterior, analisamos quais foram os segmentos da sociedade, os setores de atividade e as frações das classes dominantes que foram beneficiadas durante os governos do PT, destacamos quais frações estiveram diretamente envolvidas na desestabilização de Dilma, com destaque para a grande mídia (especialmente aquela controlada pelo Grupo Globo), discutimos as propostas que estavam sendo defendidas

por essas frações no campo do mercado de trabalho, direitos sociais e papel e funcionamento do Estado, e ainda chamamos atenção para os avanços do discurso abertamente de direita que então já se manifestava (MARQUES e ANDRADE, 2016). Em outro texto, nos dedicamos a analisar o conteúdo da reforma trabalhista e da proposta de contrarreforma previdenciária de Temer, e o significado e as consequências da Emenda Constitucional 95 (do congelamento dos gastos públicos federais). Nesse texto, defendemos que as reformas respondiam e respondem aos interesses do grande capital, internacional e do aqui sediado (MARQUES e UGINO, 2017).

Agora, com a eleição de Jair Bolsonaro, parece se encerrar definitivamente a Nova República e o ciclo do golpe cuja preparação teve início, no mínimo em 2014. É mister que se compreenda quais foram os condicionantes que levaram a esse resultado eleitoral (enquanto evento que envolve milhões de pessoas), qual seu significado e o alcance da eleição de Bolsonaro. Este é nosso objetivo neste texto. Somente assim é possível que os movimentos sociais e dos trabalhadores, bem como os partidos deles representativos, se preparem para as lutas e ações que se farão necessárias no próximo período. Não se trata, portanto, de fazer um balanço dos governos do PT; esses já existem em número suficiente e são esclarecedores de suas limitações e equívocos, entre os quais destacamos: a limitada concessão de terras aos movimentos que lutam por ela; as concessões ao agronegócio e outros interesses na questão da demarcação da terra indígena e de quilombolas; a lei antiterrorista; e os desmandos em termos de meio ambiente realizados na região amazônica.

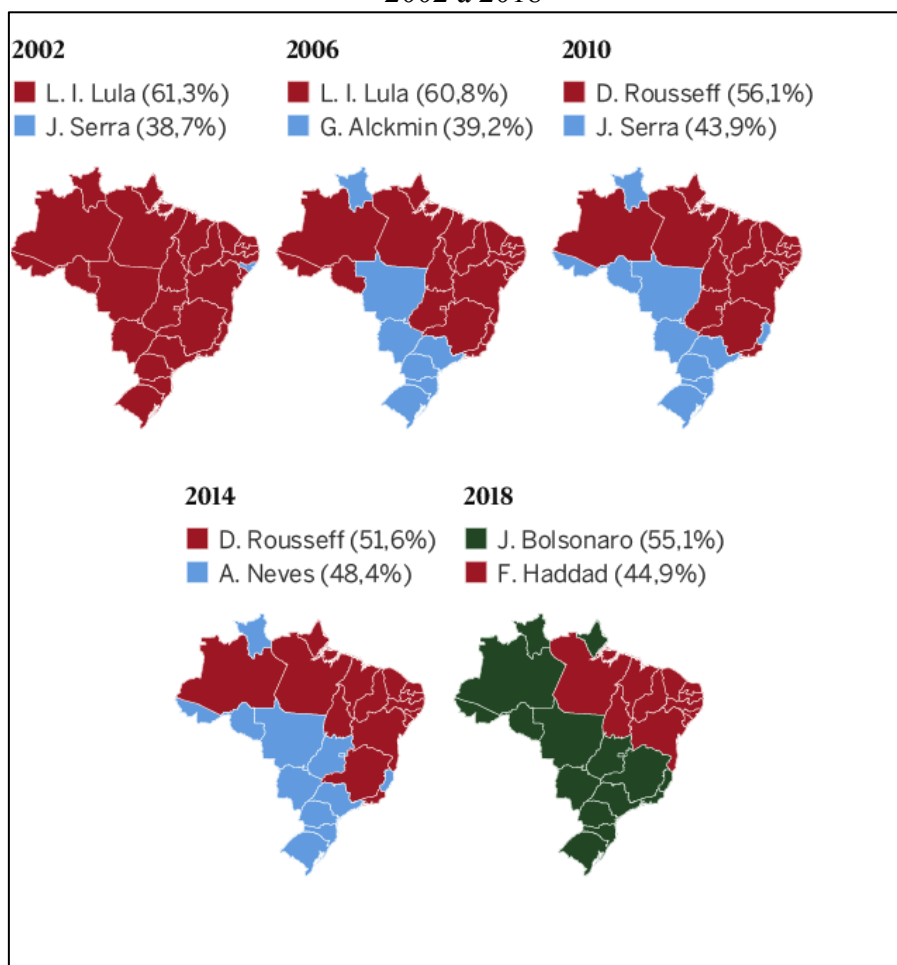
Além dessa introdução, esse texto está dividido em três partes. A primeira é dedicada a fatores e determinantes que auxiliaram para que o país acabasse por eleger um candidato da ultradireita a presidente da República. A segunda parte trata dos resultados das eleições em termos da composição da Câmara de Deputados e do Senado, do perfil dos indicados a ministros. Ao final, são apresentadas as principais conclusões a título de Considerações finais.

2 – A onda antipetista e o “sair do armário” do conservadorismo

Jair Bolsonaro foi eleito, no segundo turno, com 55,13% dos votos válidos, ganhando em 16 estados da federação. Na eleição anterior, quando Dilma Rousseff foi reconduzida à presidência, ela venceu com apenas 51,64%, sendo a mais votada em 15 estados, inclusive nos populosos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, nos quais Bolsonaro saiu vitorioso. De fato, após as eleições de 2002, quando Lula foi eleito pela

primeira vez (61,3%) e ganhou em todos os estados do país, com exceção do pequeno Alagoas, os resultados das eleições expressaram, a cada pleito, uma crescente polarização da sociedade brasileira: de um lado, os votos pela continuidade dos governos PT, de outro, o apoio a seu contrário, em candidatos do PSDB e, em 2018, do PSL, com Bolsonaro (ver Quadro 1).

Quadro 1 - Resultado do 2º turno das eleições presidenciais no Brasil 2002 a 2018



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Folha de São Paulo, Reuters, elaboração: El País.

Sobre as eleições de 2018, houve quem afirmasse que a maioria da população brasileira não apoiou o candidato vencedor, ao somar aos votos de seu opositor, Fernando Haddad - PT, os nulos, brancos e abstenções. Contudo, afóra que essa mesma argumentação poderia (e foi) utilizada durante a estreita vitória de Dilma em 2014, não houve variação significativa no percentual de eleitores que se absteve de votar ou votou em branco nesse ano. Mas como pode ser visto na Tabela 1, houve aumento importante dos votos nulos, isto é, daqueles que manifestaram não apoiar nenhum dos dois candidatos.

Tabela 1
Evolução da taxa de alienação no 2º turno das eleições presidenciais

	2002	2006	2010	2014	2018
abstenção - a	20,47	16,8	21,5	21,1	21,3
brancos - b	2,0	1,32	2,3	1,71	2,14
nulos - c	4,4	4,71	4,4	4,63	7,43
a + b + c	26,85	22,83	28,20	27,44	30,87

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), elaboração própria.

Quando vemos os resultados das eleições presidenciais em perspectiva, isto é, quando levamos em conta a evolução dos votos pró e contra o PT desde 2002 enquanto uma tendência quantitativa linear,⁷ a derrota de Haddad, em 2018, aparece como inevitável, ainda mais que foi precedida pelo impeachment de Dilma e do imenso desgaste moral do partido junto à classe média, por conta da campanha bem sucedida realizada pela grande mídia de associá-lo completamente à corrupção. O que não estava “escrito” na trajetória anterior é que o vencedor das eleições seria um candidato da extrema direita, não pertencente ao círculo das classes dominantes presentes e atuantes no cenário político brasileiro desde 1988. A pergunta que precisamos responder é, antes de tudo, como se chegou a essa situação.

Vários são os fatores que contribuíram para que se chegasse a esse resultado. No corpo desse artigo, vamos considerar aqueles que nos parecem mais importantes ou que têm sido negligenciados nas avaliações realizadas principalmente pela esquerda brasileira. Sua apresentação não segue uma ordem de prioridade e, muitas vezes, esses fatores se imbricam e se autoalimentam. Também é importante esclarecer que a análise aqui realizada prima pelos aspectos qualitativos, não havendo nenhum esforço de quantificação da importância relativa de cada um dos fatores aqui registrados.

O ódio ou o medo do que não é Narciso

Um dos elementos que em geral não é considerado – ou muito pouco considerado - para explicar as manifestações de extrema intolerância e violência que vivenciamos nos últimos tempos no país, diz respeito aos efeitos ou reações que a crescente exposição da homossexualidade, da bissexualidade e da transexualidade ocasionou nos setores mais conservadores de nossa sociedade. Reações que simultaneamente expressam dois sentires: o medo ao diferente, a tudo aquilo que não se

⁷ Isso não quer dizer que a tendência linear não possa sofrer interrupção, ocorrendo mudanças bruscas no comportamento anterior.

coaduna com o que é considerado normal nas relações afetivas e na expressão da sexualidade (e por isso é sentido como uma ameaça que desestabiliza os valores correntes), e a resposta visceral à repressão sexual vigente na sociedade, que é mais ou menos violenta, e que incide contra os gays, lésbicas e transexuais, e que depende do grau menor ou maior de sua existência na sociedade em questão, assim nos ensina a psicanálise (VELOSO, 2018). Lembremos que o Brasil é o país que mais mata LBGTs no mundo (ONG TRANSGENDER EUROPE, 2016).

Essa crescente exposição se consubstancia em presença e manifestações de diversas formas. Essas expressam direitos duramente conquistados ou puramente frutos da imposição, mediante luta, de outra sexualidade que não aquela até pouco tempo considerada “normal”, e que ainda não foram traduzidos em direitos apoiados em uma lei ou normativa. Exemplo mais visíveis desses dois tipos de forma são as paradas LGBTI, o reconhecimento jurídico do casamento homoafetivo (no Brasil, desde 15/05/2013), e a despatologização da homossexualidade e da transexualidade pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em maio de 1990 e junho de 2018, respectivamente.

Evidentemente que essa crescente exposição da homossexualidade, da bissexualidade e da transexualidade não é um fenômeno restrito ao Brasil, tendo ocorrido, de forma mais ou menos intensa, em todo o mundo. No país, no entanto, está associado ao período de democratização que se seguiu à ditadura militar e à promulgação da Constituição de 1988. Lembremos que foi a força do “movimento gay” que obteve a garantia do Sistema Único de Saúde (SUS), desde 1996, distribuir gratuitamente o coquetel de antirretrovirais contra a HIV e que fez de seu programa de combate à Aids ser considerado o melhor do mundo. Apesar desse reconhecimento mundial, em outubro de 2010, em entrevista feita ao programa de humor CQC, da rede de televisão Bandeirantes, Bolsonaro disse. “Uma pessoa que vive na vida mundana depois vai querer cobrar do poder público um tratamento que é caro”.... “Se não se cuidou, o problema é deles”⁸.

Ao estarem a exposição, o reconhecimento e os direitos a uma sexualidade diversa (diferente daquela propagada pela chamada “moral e os bons costumes” defendidas pelo pensamento conservador tradicional) vinculados ao processo de

⁸ Ver a entrevista em <https://catracalivre.com.br/cidadania/em-video-bolsonaro-se-diz-contramedicamentos-gratis-para-hiv/>.

redemocratização do país, estão simultaneamente relacionados, no imaginário das grandes massas, ao pensamento progressista e/ou de esquerda. E a construção do PT é parte constitutiva e importante do processo de democratização ocorrido no país. Da mesma forma, o período da Nova República, pois 42% dela estiveram sob sua administração. Daí a facilidade com que foi transferida ao PT a responsabilidade pelo fato de hoje os segmentos LGBTs serem parte ativa de nossa sociedade. As críticas que possamos fazer à atuação do PT em seus 13 anos de governo não alteram ou diminuem a associação que principalmente os setores da considerada ampla classe média brasileira fazem entre ele e a presença desses segmentos.

A herança racista de um país extremamente desigual

A reação conservadora também foi resultado de oposição a políticas públicas desenvolvidas pelo executivo, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, durante os governos do PT. Entre elas destacam-se a introdução das cotas raciais nas universidades e serviços públicos, o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa Bolsa Família (BF), a nova legislação em relação ao emprego doméstico e a política de valorização do salário mínimo. Vejamos, em primeiro lugar, de maneira resumida, no que consistiram (e consistem) essas políticas.

As cotas raciais são um modelo de ação afirmativa que visam diminuir desigualdades sociais, econômicas e educacionais entre raças. No Brasil, a primeira instituição de ensino que a adotou foi a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2003, seguida pela Universidade de Brasília (UnB), em 2004. Em 2012, depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou que as cotas não feriam a Constituição, Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.711, que reserva 50% das vagas das universidades federais para aqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, respeitando a proporção racial da unidade da federação. Dessa reserva, 50% são destinados a estudante de família com renda per capita até 1,5 salário mínimo. A aplicação dessa política, que constitui uma vitória da luta do movimento negro no país, mas que não ficou restrita aos negros, mudou o perfil dos alunos das universidades federais. Entre 2003 e 2014, os brancos, que constituíam 59,4% dos estudantes, passaram a representar 45,67%; e os pardos aumentaram de 28,3% para 37,75% e os negros de 5,9% para 9,82%. Pardos e negros, juntos, tiveram sua participação aumentada em dez pontos percentuais. No tocante à renda familiar, entre 2010 e 2014, os estudantes com renda familiar até 3 salários mínimos passou de 40%

para 51% (ANDIFES, 2014).

Segundo Marques, Ximenes e Ugino (2018, P. 541):

Vê, portanto, que hoje, as universidades públicas são majoritariamente ocupadas por estudantes não brancos, são mais populares, além de oferecerem um número maior de vagas ao conjunto da população. De todas as mudanças promovidas pelo PT nas políticas sociais, talvez esta seja a mais significativa por seu caráter simbólico e distributivo. As universidades públicas no Brasil eram expressão flagrante de nossos esquemas de privilégio e exclusão, quadro que começa a ser revertido no período estudado. A mudança de perfil do alunado, por sua vez, exige mais recursos para programas de assistência estudantil e bolsas, do contrário, torna-se ineficaz, na prática, a maior abertura conquistada.

Por sua vez, o Prouni é um programa que concede bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação de instituições privadas de ensino superior. Foi criado pela Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005. De 112.275 bolsas ofertadas em 2005 (71.905 integrais e 40.370 parciais), passou a 306.726 (205.237 integrais e 101.489 parciais) em seu auge, em 2014 (SISPROUNI, 2015).

O Programa Bolsa Família, criado em 2003, sempre foi considerado o carro chefe dos governos Lula e Dilma. Constitui o mais importante instrumento de transferência de renda existente no país (se desconsiderarmos o Benefício de Prestação Continuada – BPC, da Assistência Social), tendo cumprido significativo papel na superação da pobreza absoluta e relativa de milhões de brasileiros durante vários anos e propiciado a melhora de diversos indicadores, entre os quais se destaca a queda da mortalidade infantil nos estados e regiões de mais baixa renda.

Formado de dois benefícios, Básico e Variável, destina-se a famílias situadas na extrema pobreza e pobreza, com filhos e adolescentes de até 17 anos e/ou com gestante ou nutriz. Em dezembro de 2018, o primeiro era de R\$ 89,00 e o segundo, sujeito a condicionalidades no campo da saúde e educação, de R\$ 41,00 por criança até 5 anos (até o máximo de cinco), e de R\$ 48,00 por adolescente (até o máximo de dois). A gestante e a nutriz também recebe R\$ 41,00. O valor máximo recebido por família é de R\$ 372,00. Em 2017, as famílias assistidas representavam 21% da população brasileira. Em vários municípios do país, principalmente da região nordeste, os recursos do Bolsa Família constituem a principal renda, em muito superando o recebido a título do Fundo de Participação dos Municípios (VALOR, 2018; MARQUES, 2005).

A Lei Complementar 150, de 1/06/2015, que ampliou os direitos dos trabalhadores domésticos, em muito os equiparando aos demais assalariados do

mercado formal, talvez tenha sido um dos mais fortes motivadores da reação da classe média contra os governos petistas, em particular com relação à Dilma. Entre as novas garantias, essa lei determinou que a eles fosse pago o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o adicional noturno, o seguro desemprego e o salário família, provocando um aumento estimado do custo da contratação de 8%. Embora parte do impacto dessa lei possa ser confundida com o aumento do desemprego que se seguiu à sua publicação no Diário Oficial, destaca-se que, entre 2015 e 2018, houve aumento de 23,22% do número de diaristas e que a taxa de trabalhadores domésticos com carteira assinada recuou de 32% para 30% (IBGE, 2018).

O emprego de trabalhadores domésticos – praticamente formados por mulheres – faz parte da realidade brasileira, bem como da Índia e de vários países da América Latina. Contudo, é no país que se encontra seu maior contingente relativo, estando presente nas famílias de todas as classes sociais. Essa realidade explica-se pelo passado escravocrata tardio do Brasil e pela extrema desigualdade de renda e patrimônio de sua sociedade (HARRIS, David Evan, 2007). Como seria de esperar, especialmente na chamada classe média brasileira, a ampliação de direitos aos trabalhadores domésticos não foi em nada bem recebida, pois constituiu, antes de tudo, aumento de sua despesa. Além disso, dada a visibilidade que a lei recebeu, ampliou-se o “empoderamento” relativo de seus trabalhadores que crescentemente têm buscado a Justiça para fazer valer seus direitos⁹.

Durante os governos Lula e Dilma, isto é, de 2003 a 2016, o salário mínimo teve aumento real de 77,18%. Embora longe de ser considerada adequada, sua valorização consistiu política prioritária do executivo. Essa política foi finalmente institucionalizada em julho de 2015, mediante a Lei 13.152: os reajustes do salário mínimo deveriam contemplar a inflação medida pelo INPC – IBGE e o crescimento real do PIB de dois anos atrás (com relação à data do reajuste) (BRASIL, 2015). Vale lembrar que Michel Temer fez letra morta dessa lei.

A política de valorização do salário mínimo não beneficiou somente os trabalhadores que o recebem. É preciso lembrar, em primeiro lugar, que os benefícios

⁹ A luta dos trabalhadores domésticos pela formalização de seu vínculo empregatício, mediante a carteira assinada, e pela equiparação aos direitos dos demais trabalhadores assalariados não é rede hoje. Mais recentemente, essa luta confunde-se com o período pós-constituição, pois “dos 34 direitos garantidos aos trabalhadores urbanos e rurais, no artigo. 7º da Constituição, apenas 9 foram estendidos também à categoria dos trabalhadores domésticos” (CONSTANZI e RIBEIRO, 2007, p. 7).

previdenciários e o BPC têm o piso de valor igual ao salário mínimo, de modo que todo aumento eleva o valor do piso. Para se ter uma ideia, em 2017, a Previdência Social pagou 22.570.223 benefícios de valor igual ao salário mínimo, 13.138.603 junto à clientela urbana e 9.431.620 à rural. Já a Assistência, pagou 4.683.007. Em segundo lugar, é preciso considerar que toda a base da pirâmide do mercado de trabalho, seja na formalidade ou informalidade, acaba por ser beneficiada, pois com o aumento do salário mínimo, há uma tendência a aumentar os salários próximos a ele.

Considerando-se o rendimento médio real dos ocupados, houve tendência de seu valor aumentar até o primeiro trimestre de 2015, com queda nos trimestres seguintes (Gráfico 1). No período abrangido pelo gráfico, não houve variação significativa.

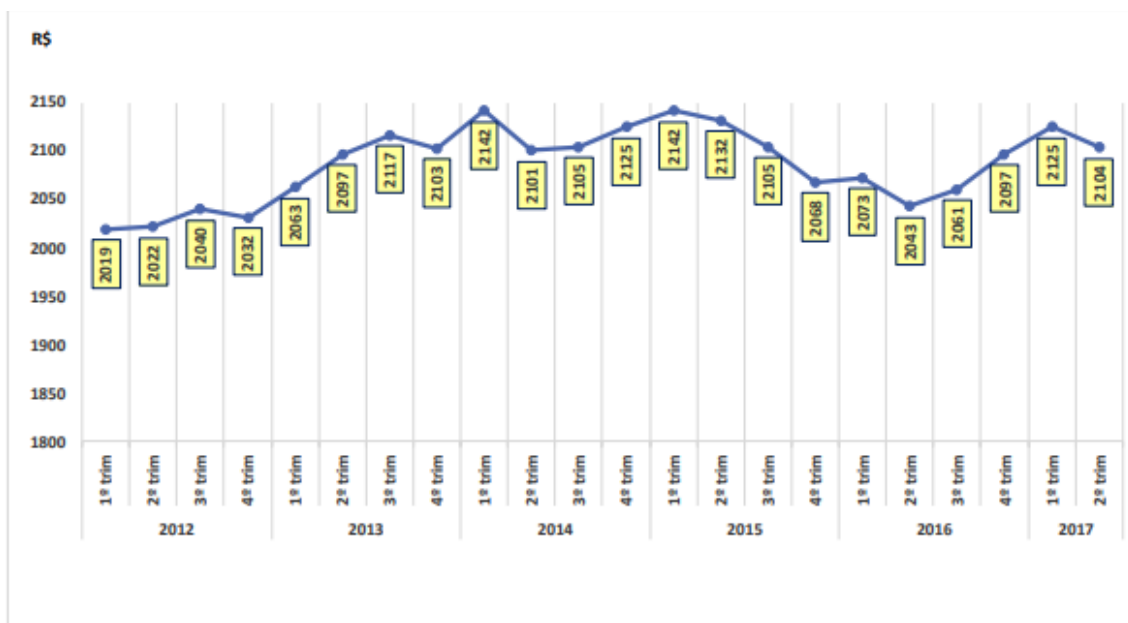
Esse conjunto de políticas, isto é, a introdução das cotas como critério de acesso à educação superior (principalmente junto às instituições públicas), a implantação do Programa Bolsa Família e a valorização do salário mínimo, por mais críticas e ressalvas que tenha e tem enfrentado por setores da esquerda brasileira (Op. Cit., p. 527), chocou-se diretamente com valores ou fundamentos que sempre nortearam a sociedade brasileira. Estamos nos referindo ao primado da meritocracia e das desigualdades.

A meritocracia, entendida como “poder do mérito” em sua origem etimológica, implica considerar que a posição de um indivíduo na sociedade é fruto de seus méritos, ou seja, de sua dedicação e esforço. Dessa forma, as posições hierarquicamente mais altas, bem como as rendas e o acesso a bens de qualquer tipo, seriam reservadas “naturalmente” aos indivíduos com maiores aptidões. Uma sociedade, que se organiza totalmente a partir da meritocracia, não reconhece direitos provindos da cidadania ou mesmo não considera que possam existir direitos básicos a serem garantidos a todos. É claro que, na sociedade contemporânea dita democrática, não há nenhum exemplo de país onde esse entendimento seja levado até as últimas consequências: a necessidade de se manter a coesão social implica garantir, por parte do Estado, mínimos de sobrevivência.

A introdução das cotas, sejam elas raciais ou de renda, apresentou-se para contingente importante da população brasileira como uma ameaça que colocou de cabeça para baixo a escala de valores até então vigente. Esse contingente é formado, desde logo, por pessoas brancas e de renda média e alta, mas a essas não fica restrita. A meritocracia, embora integre as ideias basilares do sistema capitalista (que se opunham às do Regime Antigo do final do feudalismo) e, por isso, esteja

intrinsecamente associada às classes dominantes, foi assumida de forma maior ou menor, a depender da história de cada país, pelo conjunto das classes sociais. No Brasil, não é incomum encontrar pessoas de baixa renda, mas não elegíveis ao Programa Bolsa Família, que defendam a meritocracia.

Gráfico 1 - Rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas em todos os trabalhos - Brasil - 2012 a 2017.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Nota: Em valores de novembro de 2016.

O benefício pago a título do Programa Bolsa Família, combinado à política de valorização do salário mínimo e à redução do desemprego (que atingiu seu menor nível em dezembro de 2014) teve impacto imediato no custo da contratação de trabalhadores para serviços gerais, formalizados ou não. Tornou-se cada vez mais difícil encontrar alguém disposto a trabalhar por qualquer “preço”, o que foi chamado na imprensa escrita e digital de “apagão de mão de obra não especializada”. Vejamos um exemplo, embora ele faça referência explícita somente ao Bolsa Família (MATIELLI, s.d., p.1):

Qual a consequência do apagão da mão de obra? A invasão de estrangeiros vindos de países onde as leis trabalhistas são amadoras, quando não nulas. Haitianos, paraguaios, bolivianos e outros trabalhadores vindos voluntariamente, ou não, para preencher esse vácuo. Enquanto isso o Brasil cria um contingente de “bolsistas” dos quais muitos perfeitamente aptos ao trabalho, porque a conjuntura econômica permite sua inclusão profissional.

Além de ter ficado difícil de contratar alguém por qualquer salário, a valorização do salário mínimo, tal como mencionado anteriormente, teve reflexos sobre a base

estendida da pirâmide do mercado de trabalho. O resultado disso foi ganhos salariais reais maiores nessa base do que nas demais faixas de renda dos trabalhadores, o que foi sentido por setores da classe média como empobrecimento. Empobrecimento não porque seu poder de compra tenha diminuído e sim porque o do “outro” aumentou mais relativamente. E pior, isso permitiu a esse último acessar bens que antes lhe eram interditos, fazendo de aeroportos verdadeiras rodoviárias - para lembrar a preconceituosa “postagem” de uma professora¹⁰ em 2014.

No caso específico do Programa Bolsa Família, além do já explícito na citação anterior, há uma forte resistência de parte da sociedade brasileira em aceitar que é uma obrigação do Estado garantir condições de, no mínimo, sobrevivência para aqueles que, por seus meios, condições de vida e circunstâncias, não tenham como fazê-lo diretamente. Não há nada de “revolucionário” nisso. Políticas semelhantes fizeram parte do ideário liberal no passado. Ocorre que, nos tempos que vivemos, a meritocracia foi assumida de forma total e ampla, não deixando espaço para se considerar que a miséria e a pobreza são fruto da sociedade em que vivemos. Na mesma linha se coloca a reação às cotas: de acordo com a meritocracia, é inadmissível que alguns, por serem negros, indígena, oriundos de escola pública e de baixa renda, possam “passar na frente” de quem tenha maiores qualificações, comprovadas em uma prova de conhecimentos.

No caso da ampliação dos direitos aos trabalhadores domésticos, além da elevação do custo da contratação, há uma perda simbólica decorrente da “modernização” das relações de trabalho que isso implica. Pelo menos na lei, não se trata mais de “servir”, e sim de realizar um trabalho definido para o qual está sendo remunerado e com todos os direitos garantidos. E o salário base, a jornada de trabalho, as férias, etc estão definidas *a priori*, externamente, não dependendo da “boa vontade” do patrão ou da patroa. E quem não tem mais quem lhe “sirva”, se vê rebaixado na estrutura social, perde status.

Desse conjunto de sentires, o resultado é perda de posição relativa de amplos setores da classe média brasileira, o que pode ser entendido por um sentimento de perda de seus “privilégios”.

¹⁰ Para ver o “post”, acesse https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/reproducao-post-da-professora-da-puc-rio-rosa-maria-meyer-em-que-ela-faz-comentario-considerado-preconceituoso-dilma-bolada-comentou-1391728141916_615x470.jpg

O crescimento das igrejas evangélicas, o papel das fake News e a grande mídia

Pesquisas realizadas há poucos dias da realização do segundo turno demonstraram a ampla preferência dos que professavam fé nas igrejas evangélicas em votar em Bolsonaro. Esse foi o caso da pesquisa realizada pela Datafolha, divulgada em 25/10/2018, três dias antes do pleito. Nela, 59% dos entrevistados evangélicos declararam a intenção de votar em Bolsonaro, e, em Haddad, somente 26%. Já entre os católicos, a intenção de votos estava empatada: 44% para Bolsonaro e 43% para Haddad. Para se ter dimensão da importância desses percentuais, é preciso se levar em conta o peso dos católicos e dos evangélicos no total da população brasileira. Vejamos sua evolução.

No país, a queda da proporção de católicos no total da população residente não é de hoje. De 1872 a 1970, isto é, em quase um século, ela caiu 7,9 pontos percentuais. Nesse último ano, 91,8% da população se dizia católica, os evangélicos 5,2% e as demais religiões 2,3%. Vinte e um anos depois, o censo indicaria que os católicos perfaziam 83%, 9% evangélicos e, entre esses, 6% pentecostais (que eram, em 1980, 3,2%). Em mais vinte anos, isto é, em 2010, os católicos haviam se reduzido a 64,3%, os evangélicos atingiam 22,2% da população residente (e, entre eles, 13,3% de origem pentecostal), os que declaram não ter religião 8% e as demais religiões, entre espíritas, umbanda e candomblé e outras religiosidades, 5%, sendo que 0,1% não soube responder ou não declarou (IBGE, 2012). O que impressiona não é que a religião católica esteja perdendo força junto à população brasileira, e sim que a velocidade dessa perda esteja aumentando nas últimas décadas: de 1970 a 1991, houve uma redução de 8,8 pontos percentuais; de 1991 a 2010, já foram 18,7 pontos percentuais. Em contrapartida, para esse último período, o percentual das pessoas que se declaram evangélicas cresceu 13 pontos percentuais.

Em 2000, cinco igrejas concentravam 85% dos pentecostais do país: “Assembleia de Deus” (8.418.154 adeptos), “Congregação Cristã no Brasil” (2.489.079), “Igreja Universal do Reino de Deus” (2.101.884), “Igreja do Evangelho Quadrangular” (1.318.812) e “Igreja Pentecostal Deus é Amor” (774.827). Somente a “Assembleia de Deus”, sozinha, concentrava quase a metade dos pentecostais brasileiros (47,5%). Em 2010, essa igreja havia aumentado sua participação entre os pentecostais para 48,54%.

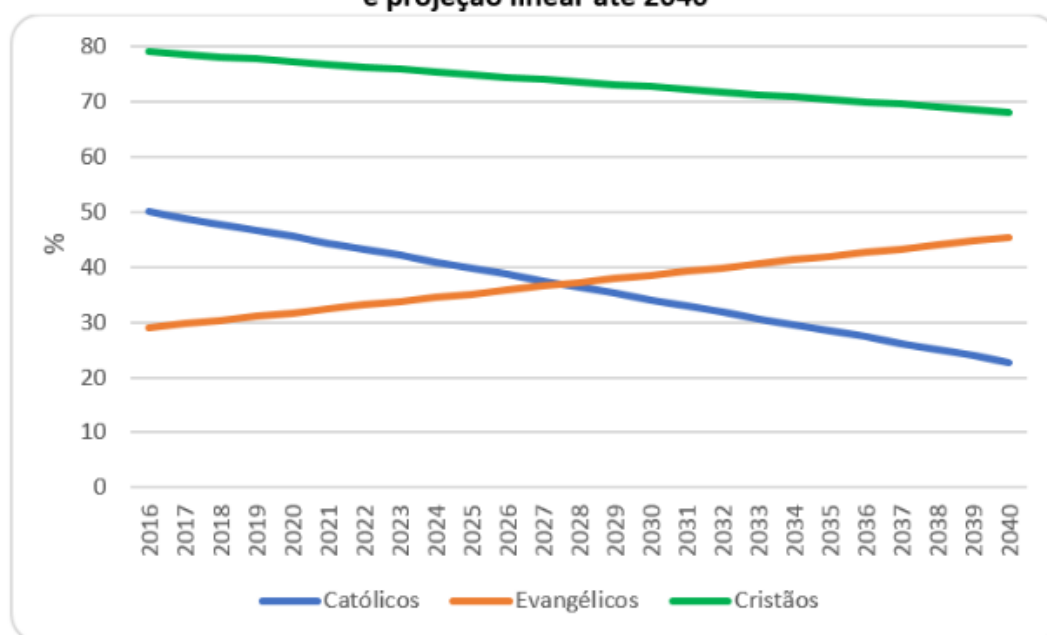
O demógrafo José Eustáquio Diniz Alves (2017, p.1), utilizando-se das pesquisas sobre o perfil religioso da população brasileira realizada pelo Datafolha, afirma:

O Instituto Datafolha tem feito pesquisas sobre o perfil religioso da população brasileira. O que estas pesquisas confirmam é aquilo que os censos demográficos mostram com bastante clareza: o Brasil está passando por uma transição religiosa. Os católicos perdem espaço e encolhem ao longo do tempo. Os evangélicos, em suas diferentes denominações, são o grupo que mais cresce. Aumenta as demais denominações não cristãs e o número de pessoas que se declaram sem religião. Isto quer dizer que o Brasil está passando por uma mudança de hegemonia entre os dois grupos cristãos (católicos e evangélicos), ao mesmo tempo em que aumenta a pluralidade religiosa, pois cresce e diversifica a proporção das filiações não cristãs.

Esse mesmo demógrafo, ao fazer uma projeção linear dos resultados obtidos pelas pesquisas do Datafolha, apontou que, em 2028, o número de pessoas associadas às igrejas evangélicas irá ultrapassar o das pessoas católicas (Gráfico 2).

Gráfico 2

Percentagem de católicos e evangélicos na população brasileira de 1994 a 2016 e projeção linear até 2040



Fonte: Datafolha <http://datafolha.folha.com.br/>

Elaboração: José Eustáquio Diniz Alves, 2017.

O crescimento das religiões evangélicas junto à população brasileira, especialmente de origem pentecostal e, entre essas, a Assembleia de Deus, é um dos fatores que explica a “onda conservadora” que se manifestou nas últimas eleições

presidenciais. Como afirmado anteriormente, não era propósito deste texto, dimensionar o seu peso relativo nos resultados que conduziram Bolsonaro à presidência da República. Mas não é desprezível o fato de que a primeira dama Michelle Bolsonaro seja evangélica¹¹ e que seu casamento com Jair Bolsonaro tenha sido oficiado pelo pastor Silas Malafaia (certamente o mais importante representante da Assembleia de Deus). Da mesma forma, como explorado mais adiante, a influência evangélica na definição do primeiro escalão do governo de Bolsonaro não foi pequena, seja vetando nomes, seja fazendo pela menos uma ministra.

Mas o mais importante para se entender a importância do posicionamento dos evangélicos com relação às eleições talvez seja a aderência que as *fake news* tiveram em seu meio. Como foi denunciado pela jornalista Patrícia Campos de Melo, em reportagem para a Folha de São Paulo, em 18/10/2018, importantes empresas foram responsáveis pelo envio de disparos em massa de mensagens contra o PT no WhatsApp e preparavam uma grande operação para a semana que antecederia o segundo turno. Como sabido, isso constitui uma prática ilegal, pois caracteriza doação de campanha por empresas, proibida pela legislação eleitoral (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018)¹². Entre as *fake news* que foram enviadas e compartilhadas, destacam-se aqueles de fundo moral, que afirmavam que o candidato Fernando Haddad pretendia legalizar a pedofilia, defendia o incesto e que ele, enquanto ministro da Educação no governo Lula, teria distribuído nas escolas com crianças de 6 anos um “kit gay”, no qual chamava atenção uma mamadeira com bico na forma do órgão genital masculino. Na edição de 19/12/2018, o jornal El País, arrolou as principais fake news que, por sua ampla divulgação, beneficiaram o candidato Bolsonaro. Esse mesmo veículo divulgou que 6 entre 10 brasileiros têm instalado o WhatsApp em seus celulares. Se levarmos em conta que 3 em cada 10 brasileiros são analfabetos funcionais, isto é, “têm limitação para ler, interpretar textos, identificar ironia e fazer operações matemáticas em situações da vida cotidiana”, podemos ter uma dimensão do impacto das fake news (FAJARDO, 2018, p.1). Essa foi a primeira eleição presidencial no Brasil que foi claramente e massivamente manipulada por meio de fake news, o que coloca uma grande desafio para fazer valer um pleito democrático.

¹¹ Até onde sabemos, é a primeira dama brasileira a não proferir a fé católica.

¹² No caso das eleições presidenciais nos Estados Unidos, as fake News se serviram do Facebook e do Twitter, o que permitiu rastrear sua origem.

Esta parte não poderia estar completa sem fazermos pelo menos uma menção ao papel exercido pelo grande mídia, especialmente do Grupo Globo, na consolidação da “onda” antipetista. Tal como mencionado na introdução do artigo, disso já tratamos em outro texto, mas referenciado ao desgaste de Dilma em 2013 e 2014 e durante o período que antecedeu seu impeachment. De lá para 2018, além de suas omissões, meias verdades e escolha do que noticiar e como noticiar, é preciso lembrar como insistiu em vincular a corrupção ao PT (no que foi muito bem sucedida, aliás), não se posicionando ou se calando sobre os desmandos realizados pelos dirigentes da Operação Lava Jato, em especial com relação ao ex-presidente de Lula, preso em segunda instância, sem provas. Já em relação à eleição de Bolsonaro, é destaque, também, o fato de a Rede de TV Record ter exibido entrevista com ele no dia do debate dos presidencialistas realizado pela Rede Globo. Debate para o qual Bolsonaro não compareceu.

Esse conjunto de fatores, bem como outros aqui não explorados, atuaram na construção do antipetismo e no afloramento à superfície do conservadorismo presente na sociedade brasileira. Embora durante todo o período da Nova República, os valores progressistas vinculados a direitos sociais, políticos e da pessoa humana tenham se firmado, inclusive do ponto de vista institucional e legal, eles não foram abraçados por parte da população brasileira.

2 - O Congresso Nacional e os novos ministros

O novo Congresso Nacional

A eleição de outubro de 2018 renovou em 52% a Câmara e 85% dos 2/3 do Senado que estavam em disputa. Em vinte anos, foi a maior renovação do Congresso Nacional. Na Câmara de Deputados, dos 407 que tentaram a reeleição, 163 não tiveram êxito. Dos considerados novos, 141 nunca exerceram função política anterior, de qualquer natureza. No Senado, dos 54 senadores que tentaram renovar seus mandatos, apenas 8 conseguiram. Entre os eleitos, 46 nunca exerceram nenhum cargo político, nem no Executivo nem no Legislativo.

Segundo o diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz (2018, p.1), o novo Congresso Nacional

será mais liberal na economia, mais conservador nos costumes e mais atrasado em relação aos direitos humanos e ao meio ambiente do que o

atual. Organizado em torno de bancadas informais¹³ — como a evangélica, a da segurança/bala e a ruralista — será o mais conservador desde a redemocratização.

Vejam, em primeiro lugar, como ficaram as bancadas partidárias na Câmara de Deputados. A Câmara, que emergiu das eleições de 2018, é bastante diferente da anterior. Suas maiores bancadas correspondem aos partidos dos titulares das forças que se enfrentaram no segundo turno; essas bancadas estão equilibradas, diferindo pouco numericamente (PT, de Fernando Haddad, com 56 deputados e PSL, partido de Jair Bolsonaro, com 52); os grandes partidos tradicionais foram duramente golpeados, reduzindo significativamente sua representação; houve aprofundamento da fragmentação da representação partidária; e diversos partidos não conseguiram superar a “cláusula de barreira”¹⁴.

Nas eleições anteriores, quando foi eleita a chapa formada por Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB, hoje MDB), contra a candidatura de Aécio Neves (PSDB), o PT elegeu 69 deputados, o PMDB 65 e o PSDB 54. Nas últimas eleições, o MDB, que tinha a segunda maior bancada na Câmara, passou à quarta reduzindo o número de seus deputados para 34, atrás do PT, do PSL e do Partido Popular (PP). Já o PSDB, partido que enfrentou o PT no segundo turno em todas as eleições desde 1994,¹⁵ que constituía a terceira maior bancada, em 2014, viu seu número de deputados se reduzir a 29, e passou a formar a nona força, empatado com o partido Democratas (DEM). Outro partido que perdeu significativo número de deputados (-15) foi o Partido

¹³ Bancadas informais agrupam deputados e senadores de diferentes partidos em torno de um tema. Nota nossa.

¹⁴ A Emenda Constitucional 97, de 04/10/17, veda a coligação para eleições proporcionais a partir de 2020 e estabelece que “somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem elegido pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação”. (BRASIL, 2017). Essas condições de acesso ao fundo partidário e ao rádio e televisão de forma gratuita é prevista para 2026, sendo menos restrita nas magistraturas anteriores. Para as eleições seguintes de 2018, “é necessário ter obtido, no mínimo, 1,5% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 1% dos votos válidos em cada uma delas ou tiverem elegido pelo menos nove deputados federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação” (Op. Cit., 2017). Em 1995, mudança semelhante, mais muito mais restritiva e abrangente, foi aprovada pelo Congresso Nacional, com vigência a partir de 2006. Contudo, o Supremo Tribunal Federal a considerou inconstitucional. Nas eleições de 2018, inicialmente, não haviam ultrapassado a cláusula de barreira os seguintes partidos: Rede, Patriota, PHS, DC, PCdoB, PCB, PCO, PMB, PMN, PPL, PRP, PRTB, PSTU e PTC. Diversos deles, entretanto, iniciaram processo de fusão para superar a cláusula de barreira. Entre eles, destacamos o PCdoB que se fundiu com o PPL (ex-MR8).

¹⁵ Nas primeiras eleições diretas para a presidência da República, em 1989, o segundo turno foi entre Fernando Collor de Melo (Partido da Reconstrução Nacional – PRN) e Lula, do PT.

Trabalhista Brasileiro (PTB); com isso, saiu da oitava posição para a décima quinta maior bancada. Paralelamente, aumentou a bancada (de 20 para 28) do Partido Democrático Trabalhista (PDT), partido fundado por Leonel Brizola que reivindica se o herdeiro do movimento trabalhista do período de Getúlio Vargas. Além dele, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), elegeu mais cinco candidatos em relação a 2014 e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) manteve sua bancada, perdendo apenas um deputado. A Tabela 2 apresenta o número de deputados, por partido, nas eleições de 2014, em 03/09/2018 e nas eleições de 2018. A situação de setembro de 2018, diferente daquela das eleições de 2014, é resultado dos movimentos de migração partidária ocorridos entre a posse dos deputados eleitos em 2014 e setembro de 2018.

Essas alterações na composição da bancada da Câmara, bem como as demais apresentadas na Tabela 2, nos permitem concluir que o chamado “Centrão”, liderado basicamente pelo MDB e pelo PSDB, mas apoiado pelo PP, pelo PTB e outros partidos menores, perdeu significativo peso junto à Câmara. Já as forças consideradas progressistas e/ou de esquerda¹⁶ mantiveram basicamente o número de deputados, apesar da perda expressiva do PT. O vazio surgido com o recuo do “Centrão” foi ocupado pelo PSL e pelo aumento da fragmentação da representação partidária¹⁷. O meteórico crescimento do PSL, de um para 52 deputados, é expressão da expansão da ultradireita no país, principalmente quando havia clara associação dos candidatos a deputados pelo partido com a campanha realizada por Jair Bolsonaro. Mesmo assim, o PSL detém somente 10,14%¹⁸ da Câmara, de modo que precisará compor com outros partidos para fazer passar suas propostas. Mas, como dizemos adiante, para além dos partidos, que em geral não tem posição unívoca sobre todas as questões em debate no

¹⁶ Estão sendo considerados os deputados do PT, PDT, PC do B e PSOL. O PDT não é classificado como um partido representativo dos trabalhadores, mas como progressista, tendo votado, por exemplo, em bloco, contra a reforma trabalhista de Temer. Há pesquisadores que, a partir de votações e posicionamentos recentes, incluem, ainda, como progressistas, o partido Rede Sustentabilidade (Rede), o Partido Socialismo Brasileiro (PSB) e o Partido Popular Socialista (PPS). Mas, em relação à reforma trabalhista, somente a Rede votou totalmente contra, sendo que, do PSB somente 16 de 30 deputados e do PPS 3 de 9. Em 24/05/18, os partidos PT, PDT, PC do B, PSB e PSOL divulgaram nota criticando os dois anos de governo Temer, salientando que o mesmo atentava contra a democracia, a soberania e os direitos sociais.

¹⁷ Na classificação de Queiroz (2018), a direita conta com 209 deputados; a centro-direita, com 94 deputados; o centro, com 75, a centro-esquerda, com 60 e a esquerda, com 75.

¹⁸ É interessante registrar que o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA, 2010, p.134), em importante estudo sobre o Estado, as instituições e a democracia, considera que uma das condições para um partido ser considerado pequeno é não obter 5% da representação na Câmara de Deputados, situação de 19 dos 30 partidos que tiveram deputados eleitos nas eleições de 2018.

Congresso Nacional, há as bancadas informais que parecem ser o interlocutor preferencial do presidente eleito Jair Bolsonaro.

Tabela 2 – Número de deputados por partido na Câmara Federal brasileira

Partido	Eleição em 2014 - a	Situação em 3/09/18	Eleição em 2018 - b	b - a	Partido	Eleição em 2014 - a	Situação em 3/09/18	Eleição em 2018 - b	b - a
PT	69	61	56	-13	NOVO	-	-	8	-
PSL	1	8	52	51	PPS	10	8	8	-2
PP	38	50	37	-1	PROS	11	11	8	-3
MDB (ex-PMDB)	65	51	34	-31	PSC	13	9	8	-5
PSD	36	37	34	-2	AVANTE (ex-PTdoB)	1	5	7	6
PR	34	40	33	-1	PHS	5	4	6	1
PSB	34	26	32	-2	PATRIOTA (ex-PEN)	2	5	5	3
PRB	21	21	30	9	PRP	3	-	4	1
DEM	21	43	29	8	PV	8	4	4	-4
PSDB	54	49	29	-25	PMN	3	-	3	0
PDT	20	19	28	8	PTC	2	-	2	0
SD	15	10	13	-2	DC (ex-PSDC)	2	-	1	-1
PODEMOS (ex-PTN)	4	17	11	7	PPL	-	1	1	-
PSOL	5	6	10	5	REDE	-	2	1	-
PTB	25	16	10	-15	PRTB	1	-	-	-
PC do B	10	10	9	-1	Total	513	513	513	

Fonte: Agência Câmara Notícias, 2018.

Durante o segundo turno, apenas três partidos declararam apoio a Bolsonaro. Foram eles: o PTB, o Partido Social Cristão (PSC) e o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Em 2018, os dois primeiros elegeram 10 e 8 deputados, respectivamente. O PRTB não elegeu nenhum. A maioria dos partidos, num total de 15, se declarou neutra no segundo turno (MDB, PP, PR, PRB, PSDB, Solidariedade, PMN, PHS, Podemos, PV, PPS, DC, Patriota, Democratas (DEM) e Novo). Estes dois últimos, apesar da declaração de neutralidade, acabaram por indicar voto contrário a Haddad. Se somarmos o número de deputados desses partidos que declaram neutralidade ao do presidente eleito e ao dos que manifestaram apoio a ele, numa hipótese completamente improvável que não vejam expressar divergências ao longo das principais questões que irão mobilizar a Câmara de Deputados, entre elas a reforma da Previdência Social, chegamos a um total de 273 deputados. Isso indica que não será com facilidade que medidas que envolvam grande ruptura à institucionalidade atual sejam aprovadas. Para aquelas que envolvam mudança constitucional, com sabemos, é necessária a aprovação de 3/5 dos deputados. Contudo, há que considerar dois aspectos: que parte dos ajustes propostos, por exemplo, na Previdência, não requerem emenda constitucional; e que haverá provavelmente uma tendência, pelo menos num primeiro momento, de partidos e

deputados mais fisiológicos (que sempre apoiam quem está no poder) darem suporte às as propostas encaminhadas pelo executivo.

Sobre a fragmentação da representação partidária, uma observação. Em vinte anos, de 1998 a 2018, o número de partidos com assento na Câmara de Deputados aumentou de 18 para 30, o que não significa que tenha aumentado a dificuldade de os partidos chegarem a acordos. A aplicação da cláusula de barreira, especialmente ao vetar a realização de coalizações para cargos proporcionais, deve alterar essa realidade. Sobre os motivos e implicações da existência de tantos partidos no Brasil a literatura é farta¹⁹.

Em 2018, o Senado renovou 2/3 de seus integrantes, isto é, elegeu 54 senadores. Em relação a 2010, última vez que isso ocorreu, os partidos que mais sofreram perda em sua representação foram o MDB e o PT, cada um deles reduzindo o número de seus senadores em 7. No campo progressista, tal como definido anteriormente, houve, além da redução do PT, a exclusão da representatividade do PC do B e do PSOL. O partido de Jair Bolsonaro elegeu 4, não tendo representação em 2010. (Tabela 3).

Tabela 3 – Número de senadores eleitos em 2010 e 2018

Partido	Eleição em 2010 - a	Eleição em 2018 - b	a - b	Partido	Eleição em 2010 - a	Eleição em 2018 - b	a - b
MDB*	14	7	-7	PPS	1	2	1
PT	11	4	-7	PTB	1	2	1
PR	4	1	-3	PODEMOS	0	1	1
PSDB	6	4	-2	PRP	0	1	1
PSB	4	2	-2	DEM	2	4	2
PMN	1	0	-1	PHS	0	2	2
PSOL	1	0	-1	PSL	0	4	4
PCdoB	1	0	-1	Rede	*	5	5
PDT	2	2	0	PSD	*	4	4
PRB	1	1	0	PROS	*	1	1
PSC	1	1	0	SD	*	1	1
PP	4	5	1	Total	54	54	

*Não concorreu.

Fonte: TSE.

A composição do Senado, a partir de 2019, considerando os senadores (1/3) em exercício, eleitos em 2014, e os eleitos em 2018 (2/3) ficou bastante alterada em relação

¹⁹ A publicação do IPEA, mencionada anteriormente, além de sua importante contribuição, em suas referências, reúne o que de melhor já foi produzido sobre a questão no Brasil.

a de 2014. Também, considerando as forças que estarão representadas, difere significativamente da composição da Câmara de Deputados que analisamos anteriormente. Há um traço, contudo, comum: expansão da representação partidária, o que chamamos de fragmentação da representação. O número de partidos aí presentes se elevou de 15 para 21 (Tabela 4), de modo que as três maiores bancada, que antes detinham 53,09% do total de senadores, agora têm somente 33,33%. Nessa nova maioria não está presente o PT.

Tabela 4 – Senadores por partido nas legislaturas 2015 – 2018 e 2019 0 2022

Partido	Legislatura 2015 - 2018 - a	Legislatura 2019 - 2022 - b	a - b
PMDB	19	MDB	12
PT	13	PSDB	8
PSDB	11	PSD	7
PDT	6	DEM	6
PSB	6	PT	6
PP	5	PP	6
DEM	5	Podemos	5
PR	4	Rede	5
PSD	4	PDT	4
PTB	3	PSL	4
PCdoB	1	PTB	3
PSC	1	PHS	2
PRB	1	PPS	2
Psol	1	PR	2
PPS	1	PSB	2
		PRB	1
		PROS	1
		PRP	1
		PSC	1
		PTC	1
		Solidariedade	1
		Sem partido	1
	81		81
Fonte: Agência Senado, 2018.			

Essa fragmentação, em teoria, poderá dificultar a aprovação de medidas. No entanto, é preciso lembrar que o executivo pode optar por encaminhar propostas que não exijam uma maioria qualificada, se valer de decreto e alterar normas e dispositivos que não exijam aprovação do Congresso. Além disso, as chamadas bancadas informais (evangélicos, ruralistas, etc) ganharam força desde o *impeachment* de Dilma, o que, com

a eleição de Bolsonaro, foi ainda mais reforçado, dado sua explícita preferência em nelas se apoiar. Apesar de longa, vale a pena reproduzir o que escreve Queiroz (2018, p.1):

Assim, com a nova legislatura, que se iniciará em 2019, as bancadas informais tendem a cumprir um papel de grande influência, e não apenas nos temas que lhe são diretamente afetos. De um lado, pela grande quantidade de partidos, especialmente na Câmara, que passou de 28 agremiações para 30, dificultando o consenso para realização de debates e votações nas Casas legislativas. De outro, pela disposição do novo presidente da República de valorizar e priorizar as bancadas informais como interlocutoras de peso, inclusive como forma de moderar o apetite “fisiológico” dos partidos. Ao se reunir em torno de bancadas suprapartidárias, como a ruralista, a empresarial, a evangélica e a sindical, os parlamentares naturalmente acumulam forças dentro do Congresso e organizam pautas para que possam ser debatidas e seus projetos levados à votação. Se em circunstâncias normais, as frentes suprapartidárias já exerciam influência, em um cenário favorável a elas como esse que se avizinha, a tendência é que, com coordenação e com temas bem definidos, de um lado, e com o reconhecimento de sua condição de interlocutora prioritária por parte do governo, de outro, exerçam forte influência na definição da agenda do Poder Legislativo.

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP, 2018), ao analisar o perfil dos deputados federais e senadores eleitos, chega a importantes conclusões que nos auxiliam a compreender como poderá se comportar essas casas na relação com o novo presidente, Jair Bolsonaro. Trata-se de analisar a composição da Câmara e do Senado a partir das bancadas informais. Tal como dito anteriormente, elas agrupam deputados e senadores de diferentes partidos em torno de um tema. Entre as comentadas pelo Diap, vamos destacar apenas três: a ruralista, a evangélica e a de segurança pública. Essas três são popularmente chamadas de as bancadas do boi, da bíblia e da bala (BBB). A escolha dessas bancadas deve-se a sua aderência ao pensamento declarado pelo presidente eleito durante sua campanha.

A **bancada ruralista** emerge, em 2019, com 76 deputados federais (45 foram reeleitos) e 28 senadores²⁰. Os temas priorizados por ela, segundo o Diap, são: Meio ambiente; regulamentação da Emenda Constitucional 81/2014 (trabalho escravo), regulamentação da aquisição de terras por estrangeiros, demarcação de terras indígenas e anistia às dívidas de produtores rurais. Embora essa bancada tenha diminuído em

²⁰ O Diap (2018,p.7) “classifica como integrante da bancada ruralista o parlamentar que, mesmo não sendo proprietário rural ou atuando na área do agronegócio, assume sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários ou comissões, mas em entrevistas à imprensa e em outras manifestações públicas”.

relação à legislatura anterior, que contava com 109 deputados e 17 senadores, está fortalecida no novo governo. O presidente eleito assumiu sua pauta, fez dela uma interlocutora e nomeou lideranças do agronegócio (que compunham a Frente do Agronegócio) para postos-chave de seu governo (Onys Loourenzoni, do DEM do Rio Grande do Sul para Ministro da Casa Civil e Tereza Cristina, do DEM do Mato Grosso do Sul para o Ministério da Agricultura. Ambos reeleitos em 2018.) e criou a Secretaria de Assuntos Fundiários, onde acomodou o presidente da UDR (União Democrática Ruralista). Além disso, indicou o ex-presidente da Frente para Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, que não havia sido reeleito no pleito de 2018.

Na Câmara de Deputados, a **bancada evangélica** conseguiu reeleger 40 deputados e fazer 44 novos, de modo a contar com 84 deputados (75 na eleição de 2014) e, no Senado, com 7 senadores (eram 3) . Os temas que fundamental a existência dessa bancada são: regulamentação da união homoafetiva; pesquisas com células tronco; defesa da família; escola sem partido; ideologia de gênero; descriminalização do aborto. A indicação de Damares Alves, ex-assessora do senador Magno Malta e antes do deputado Arolde de Oliveira²¹, para assumir o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. O Diap (2018, p. 9) chama atenção, ainda, para o fato de os evangélicos terem conseguido eleger lideranças de grande expressão junto a sua comunidade, algumas delas com grande exposição na mídia.

A bancada da **Segurança ou da Bala** tradicionalmente tem como temas prioritários a redução da idade da maioria penal; o fim das penas alternativas; e a modificação do Estatuto do Desarmamento e do Estado da Criança e do Adolescente. Contudo, para a legislatura que se inicia em 2019, é provável que incorpore em sua pauta questões como segurança e meios relativos à proteção das fronteiras do país, entre outros temas, dado o fortalecimento da presença de segmentos militares. Essa foi a bancada que mais cresceu no Congresso Nacional. Na Câmara, de 35 passou a 61 deputados federais e desses 22 são militares (antes eram 10); no Senado, contará com 9 senadores.

Somadas essas três bancadas informais, elas contam com 221 deputados federais e 44 senadores, isto é, 43,08% da Câmara e 54,32% do Senado, o que não nada

²¹ Damares, antes de assessorar esse deputado, colaborava com a Frente Parlamentar Evangélica. Ela e Magno Malta são pastores.

desprezível. Essas bancadas constituem a base de apoio inicial com que contará o presidente eleito.

Da análise da composição do Congresso Nacional – em termos partidários ou de suas bancadas informais – concluímos que o mesmo será mais desfavorável a pautas como aquelas vinculadas aos direitos sociais, aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos trabalhadores. Além dos elementos aqui já tratados, salientamos que a bancada sindical perdeu 20 integrantes em relação à legislatura anterior. No plano da ação parlamentar, portanto, será muito difícil barrar tentativas de retrocesso em qualquer campo. Somente com a ação combinada com os movimentos sociais, que tomem as ruas e façam paralisações, é possível organizar alguma resistência efetiva.

A equipe de governo de Bolsonaro

Jair Bolsonaro inicia seu governo com 22 ministérios²², reduzindo em 7 com relação ao total existente ao final do governo Temer. Foram extintos os ministérios do Trabalho, cujas atividades foram alocadas em três ministérios (Cidadania, Economia e da Justiça); os do Planejamento e da Fazenda, que junto com a Receita Federal e parte do atual Ministério da Indústria e Comércio Exterior, passam a integrar o super Ministério da Economia; Segurança Pública, que passa a integrar o Ministério da Justiça; e Esporte, Cultura e Desenvolvimento Social, que passam a integrar o Ministério da Cidadania.

Dessas extinções, salienta-se a do Ministério do Trabalho pasta que remonta os anos 1930 de Getúlio Vargas. De lá para cá, o trabalho sempre teve sua importância reconhecida, constando do nome de ministério, associado ou não a outra atividade, tal como Previdência Social ou Indústria e Comércio. Sua extinção é mais do que simbólica, expressa o lugar secundário que o trabalho recebe na agenda de prioridades do novo presidente. Apesar da reforma trabalhista recentemente aprovada, que flexibiliza e precariza o mercado de trabalho brasileiro (que sempre contemplou uma parte informal significativa, sem direitos previdenciários e trabalhistas), Jair Bolsonaro afirmou, em reunião com parlamentares do DEM, em 12/12/2018, que pretende mudar a legislação trabalhista para aproximá-la da informalidade (ESTADÃO, 2018).

Outra extinção diz respeito ao Ministério do Desenvolvimento Social (chamado de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, nos governos Lula e Dilma) que era

²² Durante a campanha, havia falado em reduzir para 15 ministérios.

responsável pelas políticas de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de assistência social e de renda no país. Esse ministério era responsável pelo Programa Bolsa Família, carro-chefe dos governos do PT. Embora as atividades desenvolvidas por esse ministério não devam ser extintas, certamente devem perder centralidade na agenda governamental.

O Quadro 2 apresenta os titulares dos ministérios de Jair Bolsonaro segundo ordem de indicação²³. Vale a pena salientar que as indicações reforçam a hipótese do fim do presidencialismo de coalizção. No lugar de abrir o leque de apoio junto a outras representações, tal como foi feito nos governos anteriores, os nomes refletem inteiramente sua base de apoio original.

Entre os nomes indicados, há seis militares. Dos demais, chamamos atenção para o pensamento do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Henrique Fraga Araújo, e para as declarações de Damares Alves, do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Em 2017, em artigo publicado em Cadernos de Política Exterior, publicação da Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério de Relações Exteriores, Ernesto Henrique afirma, no resumo e mais adiante no texto (Araújo, 2017, p. 323, 339 e 356):

O presidente Donald Trump propõe uma visão do Ocidente não baseada no capitalismo e na democracia liberal, mas na recuperação do passado simbólico, da história e da cultura das nações ocidentais. A visão de Trump tem lastro em uma longa tradição intelectual e sentimental, que vai de Ésquilo a Oswald Spengler, e mostra o nacionalismo como indissociável da essência do Ocidente. Em seu centro, está não uma doutrina econômica e política, mas o anseio por Deus, o Deus que age na história. Não se trata tampouco de uma proposta de expansionismo ocidental, mas de um pan-nacionalismo. O Brasil necessita refletir e definir se faz parte desse Ocidente.

Não por acaso o marxismo cultural globalista dos dias atuais promove ao mesmo tempo a diluição do gênero e a diluição do sentimento nacional: querem um mundo de pessoas “de gênero fluido” e cosmopolitas sem pátria, negando o fato biológico do nascimento de cada pessoa em determinado gênero e em determinada comunidade histórica.

²³ A equipe de Bolsonaro se completa com a indicação de nomes para importantes autarquias e instituições brasileiras. São eles: Roberto Campos Neto – Banco Central; Roberto Castello Branco – Petrobrás; Joaquim Levy – Bndes; Maurício Valeixo – Polícia Federal; Érika Marena – Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional; Mansueto Facundo de Almeida Junior – Tesouro Nacional; Rubem Novaes – Banco do Brasil; Pedro Duarte Guimarães – Caixa Econômica Federal; Carlos von Doellinger – Ipea; Edson Leal Pujos – Exército; Ilques Barbosa Junior – Marinha do Brasil; Antônio Carlos Moretti Bermudez – Força Aérea Brasileira.

Somente um Deus poderia ainda salvar o Ocidente, um Deus operando pela nação – inclusive e talvez principalmente a nação americana. Heidegger jamais acreditou na América como portadora do facho do Ocidente, considerava os EUA um país tão materialista quanto a União Soviética e incapaz da autopercepção metafísica indispensável à geração de um “novo começo”, como ele dizia, essa refundação do Ocidente que repetiria em outros termos o primeiro começo gerado pelos antigos gregos. Talvez Heidegger mudasse de opinião após ouvir o discurso de Trump em Varsóvia, e observasse: *Nur noch Trump kann das Abendland retten*, somente Trump pode ainda salvar o Ocidente.

Quadro 2 – Os ministérios e ministros do governo Jair Bolsonaro, por ordem de indicação.

Casa Civil	Onyx Lorenzoni	Deputado federal eleito para o quinto mandato, pelo DEM; segundo mais votado do Rio Grande do Sul. Apoiou o Bolsonaro desde o início da campanha.
Economia	Paulo Guedes	Economista ultraliberal
Justiça e Segurança Pública	Sérgio Moro	Juiz Federal. Principal nome da Operação Lava-Jato e responsável por condenar Lula à prisão.
Ciência e Tecnologia	Marcos Pontes	Militar, primeiro sul americano a ir ao espaço. Filiado ao PSL
Gabinete de Segurança Institucional	Augusto Heleno Pereira Ribeiro	General de cinco estrelas; reformado; era filiado ao PRP.
Agricultura	Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias	Deputada federal eleita pelo segundo mandato, pelo DEM. Integrava a bancada ruralista. Produtora de soja no MS.
Defesa	Fernando Azevedo e Silva	Ex-chefe do Estado Maior do Exército. Foi indicado pelo comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, em 09/12/18, como assessor do presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli.
Relações Exteriores	Ernesto Henrique Fraga Araujo	Ocupava o cargo de diretor do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos na gestão do chanceler Aloysio Nunes Ferreira no governo Temer.
Controladoria Geral da União	Wagner Rosário	Estava no cargo desde 06/18. No exército, chegou a capitão.
Saúde	Luiz Henrique Mandetta	Médico ligado à medicina privada; filiado ao DEM; foi deputado federal.
Educação	Ricardo Vélez Rodríguez	Professor emérito da Escola de Comando e Estado Maior do Exército
Advocacia Geral da União	André Luiz de Almeida Mendonça	Advogado da União desde 2000; foi procurador seccional da União em Londrina, no Paraná.
Secretaria Geral da Presidência	Gustavo Bebianno	Presidente do PSL durante o primeiro turno. Não tinha experiência política até 2017.
Secretaria de Governo	Carlos Alberto dos Santos Cruz	General de divisão
Infraestrutura	Tarcísio Gomes de Freitas	Ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit),
Desenvolvimento Regional	Gustavo Canuto	Servidor do Ministério do Planejamento
Turismo	Marcelo Álvaro Antônio	Deputado federal eleito pelo PSL; o mais votado em Minas Gerais, onde era presidente do PSL.
Cidadania	Osmar Terra	Deputado federal pelo MDB. Foi indicado pela Frente Parlamentar da Assistência.
Minas e Energia	Albuquerque Junior	Almirante da Marinha
Mulher, Família e Direitos Humanos	Damares Alves	Advogada, pastora evangélica; assessora do senador Magno Malta.
Meio Ambiente	Ricardo de Aquino Salles	Filiado ao partido Novo.

Os trechos do artigo de Ernesto Henrique falam por si só. O que esperar de um chanceler que defende que a salvação do ocidente está nas mãos de Trump e que considera que a globalização dos costumes e consumo é fruto de um marxismo cultural? E quando apregoa o “fato biológico do nascimento de cada pessoa em determinado gênero”, negando, com isso, a possibilidade de um “descompasso entre corpo e alma”?

Foram diversas as declarações polêmicas dadas por Damares Alves, antes e depois de sua indicação. Todas elas são facilmente encontradas na biblioteca virtual que se transformou a internet. Chamamos atenção apenas para uma, por revelar parte do obscurantismo que corremos o risco de ver instalado no Brasil. “Chegou a nossa hora, é o momento de a Igreja ocupar a nação. É o momento de a igreja dizer à nação a que viemos. É o momento de a igreja governar”, em 01/05/2016, durante culto da Igreja Batista Lagoinha em Belo Horizonte²⁴. Em um país onde o Estado é considerado laico (parágrafo VI do artigo V da Constituição Federal), pois se coloca na defesa de todas as religiões, dizer que uma determinada religião vai governar é alçar a intolerância a seu ponto máximo, forjando o caminho para a barbárie.

Considerações Finais

A eleição da chapa Jair Bolsonaro / Hamilton Mourão, ao encerrar definitivamente a experiência da Nova República introduz a possibilidade de uma nova forma de governar que não aquela fundada no presidencialismo de coalização. A vitória de Bolsonaro sobre o candidato Fernando Haddad, do PT, era até certo ponto previsível quando voltamos nosso olhar para os resultados dos pleitos desde 2002, pois a cada nova eleição presidencial foi menor o percentual de votos recebidos pelos candidatos do PT. Ao mesmo tempo, viu-se estruturar uma divisão pró e contra o chamado petismo, tanto em termos regionais como de classe, especialmente se tomado como critério de definição a renda.

Para essa situação contribuíram vários fatores. Neste texto, demos prioridade àqueles no campo dos valores, com o intuito de entender as raízes do ódio manifestado no último pleito pelos eleitores de Bolsonaro, da qual o próprio candidato não esteve isento, como vimos. Concluímos que os avanços em termos de políticas de transferência de renda e de inclusão realizados durante os governos Lula e Dilma chocaram-se diretamente com os valores defendidos pela larga classe média brasileira (mas não só dela), defensora que é da meritocracia. Ao mesmo tempo, mesmo que isso não seja necessariamente verbalizado por todos (mas alguns o fizeram), essa classe é muito ciosa em manter seu status relativo, isto é, a melhora de renda dos segmentos da base da pirâmide do mercado de trabalho foi sentida como um empobrecimento de sua situação, de sua classe social, o que, com o passar do tempo, tornou-se intolerável. Afora o fato

²⁴ Ver em <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/nova-ministra-dos-direitos-humanos-e-o-momento-de-a-igreja-governar>

de que o Programa Bolsa Família, associado à política de valorização do salário mínimo e a um desemprego muito baixo ao final do primeiro governo Dilma, atuou como um piso salarial de fato, de modo que ficava cada vez mais difícil contratar alguém, mesmo que fosse para trabalhos gerais, a qualquer preço.

Da mesma forma, o avanço no reconhecimento da diversidade afetiva e sua maior visibilidade, bem como da luta das mulheres e dos LGBTs, foram sentidos como uma ameaça a sua ideia de família, ao que consideram relações afetivas normais e a si mesmos, posto que colocam em questão a si mesmos. Certamente o crescimento das igrejas evangélicas no país, no qual chama atenção falas como a da pastora Damares Alves, disponíveis no youtube, contribuíram para reforçar essa percepção. Por último, ainda no campo dos valores, pesou a pecha de que tudo que vem do PT é necessariamente corrupto, resultado de anos de campanha realizada pela grande mídia, com destaque para o Grupo Globo.

Esse conjunto de fatores, e de outros tratados no texto ou não, alimentaram a construção do antipetismo e o afloramento à superfície do conservadorismo da sociedade brasileira, que é extremamente desigual e racista. Durante todo o período da Nova República, e especialmente durante os governos Lula e Dilma, os valores progressistas vinculados a direitos sociais, políticos e da pessoa humana em todas suas esferas tenham se firmado, inclusive do ponto de vista institucional e legal, eles não foram abraçados por parte da população brasileira.

Esse fato deve favorecer, por parte do novo governo, a implantação de pautas mais conservadoras, tal como redução da idade penal e a regulamentação da posse de armas, entre outras. Para isso, ele deve, além de fazer acordos com alguns partidos, apoiar-se mais nas chamadas bancadas informais. Mas sempre é importante lembrar que o presidente pode se valer de medidas que não exijam a maioria qualificada para serem aprovadas, pode abusar do uso de medidas provisórias e decretos e pode simplesmente mudar, no plano da operacionalização dos serviços, políticas que se firmaram ao longo da Nova República. A efetividade dessas estratégias estará na dependência da resistência que os movimentos sociais farão à agenda conservadora, ao avanço da privatização e à retirada de direitos, caso o propagandeado por Bolsonaro seja levado adiante.

Referências

ABRANCHES, Sérgio H. H. de. Presidencialismo de coalizção: o dilema institucional

brasileiro. Rio de Janeiro, Revista de Ciências Sociais, vol. 31, nº 1, 1988, pp. 5 a 34.

AGÊNCIA CÂMARA NOTÍCIAS. PT e PSL elegend as maiores bancadas da Câmara dos Deputados. Brasília, Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564009-PT-E-PSL-ELEGEM-AS-MAIORES-BANCADAS-DA-CAMARA-DOS-DEPUTADOS.html> Acesso em 28/12/2018.

AGENCIA SENADO. Composição do Senado salta de 15 par 21 partidos. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/10/08/composicao-do-senado-salta-de-15-para-21-partidos-em-2019> . Acesso em 29/12/2018.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES. IV Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras. Uberlândia, 2016. Disponível em http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduanso-das-IFES_2014.pdf Acesso em 23/12/18.

AVRITZER, Leonardo. O fim da Nova República. 15/05/2016. Disponível em <https://jornalgggn.com.br/noticia/o-fim-da-nova-republica-por-leonardo-avritzer> Acesso em 24/11/2018.

BRASIL. Lei 13.152 de 29 de julho de 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13152.htm Acesso em 25/12/2018.

BRASIL. Emenda Constitucional 97 de 04 de outubro de 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc97.htm Acesso em 28/12/2018.

CONSTANZI, Rogerio Nagamine e RIBEIRO, Helio Vinicius Moreira. A difícil luta pelos direitos trabalhistas dos trabalhadores domésticos. Revista ABET vol. VI — n. 2/2007. Recife, Associação Brasileira de Economia do Trabalho, 2007.

EL PAIS. Resultado das eleições presidenciais no Brasil. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/29/media/1540824280_004548.html. Acesso em 11/12/2018.

EL PAIS. Cinco ‘fake news’ que beneficiaram a candidatura de Bolsonaro. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/actualidad/1539847547_146583.html Acesso em 27/12/2018.

ESTADÃO. Lei trabalhista tem de se aproximar da informalidade, diz Bolsonaro. São Paulo, Estadão, Economia & Negócios, 12/12/2018. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/lei-trabalhista-tem-de-se-aproximar-da-informalidade-diz-bolsonaro,70002643908> Acesso em 31/12/2018.

FAJARDO, Vanessa. Como o analfabetismo funcional influencia a relação com as redes sociais no Brasil. BBC, 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46177957>. Acesso em 02/01/2019.

HARRIS, David Evan. “Vocês vais me server”: desigualdade, proximidade e agência nos dois lados do equador. Dissertação de mestrado. Fflch, USP, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), 2 trimestre de 2018. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas->

novoportal/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=22193&t=resultados. Acesso em 25/12/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010 – Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2012.

MARQUES, Rosa Maria. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – n.1 (2005) – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005.

MARQUES, Rosa Maria, ANDRADE, Patrick Rodrigues. Crisis política y escalada del capital en Brasil.. Buenos Aires, IADE, Realidad Económica, nº 302, 1 de agosto y septiembre de 2016, 64 a 92. Disponível em http://www.iade.org.ar/system/files/ediciones/re_302.pdf .

MARQUES, Rosa Maria e UGINO, Camila Kimie. O Brasil é chamado à ordem. Vitória, Argumentum, v. 9, n. 3, p. 8-23, set./dez. 2017, p. 8 – 23. Disponível em <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/17944/13027>

MARQUES, Rosa Maria, XIMENES, Salomão Barros e UGINO, Camila Kimie. Governos Lula e Dilma em matéria de Seguridade Social e acesso à educação superior. São Paulo, Revista de Economia Política, volume 38 (3), julho 2018.

MARTINS, Carlos Eduardo. O fim da Nova República? 16/03/2016. São Paulo, Blog da Boitempo. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2016/03/16/fim-da-nova-republica/> Acesso em 24/11/2018.

MATIELLI, Armando. Custos da cafeicultura no país do Bolsa Família. CAFEPPOINT. Disponível em <https://www.cafepoint.com.br/colunas/espaco-aberto/custos-da-cafeicultura-no-pais-do-bolsafamilia-por-armando-matielli-78484n.aspx> . Acesso em 26/12/2018.

MELO, Patrícia Campos de. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. São Paulo, Folha de São Paulo, 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml> Acesso em 27/12/2018.

O GLOBO. Datafolha de 25 de outubro para presidente, por sexo, idade, renda, escolaridade, região, religião e orientação sexual. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/26/datafolha-de-25-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-orientacao-sexual.ghtml> Acesso em 27/12/2018.

ONG TRANSGENDER EUROPE, TMM annual report 2016. Berlim, Transgender Europe, 2016. Disponível em <https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf> . Acesso em 28/12/2018.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. Novo Congresso Nacional veio pior que a encomenda. Brasília, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), 2018. Disponível em <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/28530-novo-congresso-veio-pior-que-a-encomenda> Acesso em 30/12/2018.

SAFATLE, Vladimir. A Nova República acabou. São Paulo, Carta Capital. 15/03/2015. <https://www.cartacapital.com.br/revista/841/a-nova-republica-acabou-2242.html>. Acesso em 24/11/2018.

SAFATLE, Vladimir. Deixe os mortos enterrarem seus mortos. São Paulo, Folha de São Paulo, 07/08/2015. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2015/08/1665348-deixe-os-mortos-seus-mortos.shtml> Acesso em 24/11/2018.

SISPROUNI, 2015. Disponível em http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_an_o.pdf. Acesso em 23/12/2018.

VALOR. Benefícios do Bolsa Família sustentam 21% da população do país. São Paulo, Valor Econômico, 2018. Disponível em <https://www.valor.com.br/brasil/5306087/beneficios-do-bolsa-familia-sustentam-21-da-populacao-do-pais> Acesso em 25/12/2018.

VELOSO, AMANDA MONT'ALVÃO. O descompasso entre corpo e alma. São Paulo, Estadão, Aliás, 16/12/2018.